



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Tributário Aplicado				
UNIDADE OFERTANTE: Faculdade de Direito “Prof. Jacy de Assis”				
CÓDIGO: GDR078		PERÍODO/SÉRIE: 10º Período		TURMA: A
CARGA HORÁRIA			NATUREZA	
TEÓRICA: 30 horas	PRÁTICA: -	TOTAL: 30 horas	OBRIGATÓRIA: ()	OPTATIVA: (X)
PROFESSOR(A): Prof ^a Dr ^a Marcela Cunha Guimarães				ANO/SEMESTRE: 2022-2 (ref. 2023)
OBSERVAÇÕES: -				

2. EMENTA

Princípios e Diretrizes das Relações Jurídicas Tributárias. Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial Tributário. Planejamento Tributário.

3. JUSTIFICATIVA

Analisar e identificar as formas de instrumentalização do direito material tributário, principalmente no que diz respeito às relações jurídicas tributárias no âmbito da esfera administrativa e judicial.

4. OBJETIVO

Proporcionar ao aluno o estudo e a prática de casos concretos, mediante a aplicação de conhecimentos do direito processual, administrativo e judicial tributário.

5. PROGRAMA

UNIDADE 1. Princípios e Diretrizes das relações jurídicas tributárias (retomando premissas)

UNIDADE 2. Procedimentos Administrativos

UNIDADE 3. Ações de iniciativa do fisco

UNIDADE 4. Ações de iniciativa do contribuinte

UNIDADE 5. Planejamento Tributário.



6. METODOLOGIA

Aulas expositivas sobre os conteúdos teóricos, com a utilização de material de apoio em formato de *slides*, bem como debates sobre decisões relacionadas ao tópico ensinado, casos práticos e questões controvertidas, além de disposição de estudos dirigidos para fins de fixação da matéria.

Além disso, será utilizada a plataforma Teams para a disponibilização de materiais complementares, para comunicação geral e ampla com a turma e para a entrega das atividades avaliadas.

PANORAMA GERAL DO SEMESTRE:

Os estudos dirigidos deverão ser em até 01 semana após estudada a unidade respectiva.

A parte escrita dos estudos de caso deverá ser entregue até um dia antes da discussão em sala de aula.

Os estudos dirigidos e as partes escritas dos estudos de casos deverão ser entregues tempestivamente por meio da plataforma Teams.

7. AVALIAÇÃO

- **30 pontos** referentes aos **3 Estudos Dirigidos**.
- **30 pontos** referentes às **Resoluções escritas dos Casos Práticos I e II**.
Case I (15 pontos)
Case II (15 pontos)
- **10 pontos** referentes à **participação** na aula de **Seminários dos Cases**.
Case I (05 pontos)
Case II (05 pontos)
- **30 pontos** relativos à **Avaliação** na qual será avaliada a definição de estratégia e elaboração de uma peça processual.

Ao final, será aplicada uma Avaliação para recuperação aos alunos que, apesar de obterem 75% de presença, não tiverem alcançado 60 pontos.



8. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

CAIS, Cleide Previtalli. O processo tributário. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2013.

CONRADO, Paulo Cesar. Processo Tributário. 3ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

MARINS, James. Direito Processual Tributário Brasileiro (administrativo e judicial) 9ª. ed. São Paulo: Dialética, 2016.

NUNES, Cleucio Santos. Curso de Direito Processual Tributário. São Paulo: Dialética, 2010.
Pria, Rodrigo Dalla. Direito Processual Tributário. São Paulo: Noeses, 2020.

COMPLEMENTAR

AMARAL, Paulo Adyr Dias do. Processo Administrativo Tributário – e o problema da supressão do contraditório. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

ÁVILA, Humberto. Segurança jurídica: entre permanência, mudança e realização no direito tributário. 2.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

CONRADO, Paulo Cesar. Compensação tributária e processo (nos termos da Lei Complementar n. 104, de 10 de janeiro de 2001). São Paulo: Max Limonad, 2003.

CONRADO, Paulo Cesar (coord.) Processo tributário analítico Volume II. São Paulo: Noeses, 2013.

CONRADO, Paulo Cesar (coord.) Processo tributário analítico Volume I. São Paulo: Noeses, 3 ed., 2015.

CONRADO, Paulo Cesar. Execução Fiscal. São Paulo: Noeses, 2015.

DERZI, Mizabel Abreu Machado. Modificações na jurisprudência do direito tributário: proteção da confiança, boa-fé objetiva e irretroatividade como limitações constitucionais ao poder judicial de tributar. São Paulo: Noeses, 2009.

EMERENCIANO, Adelmo da Silva. Procedimentos fiscalizatórios e a defesa do contribuinte. 2ª ed. Campinas, Copola, 2000.

FALEIRO, Kelly Magalhães. Procedimento de consulta fiscal. São Paulo, 2009.

FERRAZ, Sérgio; DALLARI, Adilson Abreu. Processo Administrativo. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, Editores, 2012.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle (coord.). Comentários a Lei Federal de Processo Administrativo (Lei nº 9.784/99). 2. ed. 1. Reimpressão. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

FREITAS, Juarez. O controle dos atos administrativos e os princípios fundamentais. 5ª ed. rev. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores, 2013.

HORBACH, Carlos Bastide. Teoria das Nulidades do ato administrativo. São Paulo: Editora



dos Tribunais, 2007.

JANCZESKI, Célio Armando. Direito tributário e processo tributário: abordagem conceitual. Curitiba: Juruá, 2014.

LIMA, Ruy Cirne. Princípios de direito administrativo. 7ª ed. revista e reelaborada por Paulo Alberto

PASQUALINI. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

MACHADO, Hugo de Brito. Estudos de processo tributário. N.19. São Paulo:Resenha Tributária, 1991.

MACHADO, Hugo de Brito. A prova em questões tributárias. Hugo de Brito Machado (coordenador). São Paulo, Malheiro Editores, 2014.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Efeitos dos vícios do ato administrativo. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 12ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros Editores: São Paulo, 2000.

NEDER, Marcos Vinícius. Processo administrativo fiscal federal comentado: decreto nº 70.235/72 e 9.784/99. São Paulo: Dialética, 2002.

NUNES, Cleucio Santos. Curso de direito processual tributário. São Paulo: Dialética, 2010.

PEIXOTO, Daniel Monteiro. Competência Administrativa na Aplicação do Direito Tributário. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

PEREIRA, André Gonçalves. Erro e ilegalidade no acto administrativo. Lisboa, Ática, 1962

QUEIRO, Afonso Rodrigues. Reflexões sobre a teoria do desvio de poder em direito administrativo. Coimbra: Coimbra Editora,1940.

REGO, Fabrício Sousa. Lei do processo administrativo federal esquematizada: comentários a lei 9.784/1999 /Fabrício Sousa Rego, Janaina Carvalho; coordenação Vicente Paulo, Marcelo Alexandrino. Rio de Janeiro: Forense: São Paulo: Método, 2014.

ROCHA, Sergio André (coord.). Processo administrativo tributário – Estudo em homenagem ao Professor Aurélio Pitanga Seixas Filho. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

ROCHA, Valdir de Oliveira (coord.). Processo administrativo – 5º Volume. São Paulo: Dialética, 2000.

ROCHA, Valdir de Oliveira (coord.). Processo administrativo – 6º Volume. São Paulo: Dialética, 2002.

ROCHA, Valdir de Oliveira (coord.). Problemas de processo judicial tributário – 5º Volume. São Paulo: Dialética, 2002.

ROCHA, Valdir de Oliveira (coord.). Problemas de processo judicial tributário – 3º Volume. São Paulo: Dialética, 1999.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



ROCHA, Sergio André. Processo administrativo fiscal: controle administrativo do lançamento tributário. 4 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SABBAG, Eduardo (org.). Código Tributário Nacional com Interpretação Jurisprudencial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

SANTI, Eurico Marcos Diniz de. Decadência e Prescrição no Direito Tributário. São Paulo: Max Limonad, 2000.

SILVA, Renata Elaine. Curso de decadência e de prescrição no direito tributário: regras do direito e segurança jurídica. São Paulo: Noeses, 2013.

SILVA, Clarissa Sampaio. Limites a invalidação dos atos administrativos. São Paulo: Max Limonad, 2001.

SIMÕES, Monica Martins Toscano. O processo administrativo e a invalidação de atos viciados. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

XAVIER, Alberto. Do lançamento: teoria geral do ato, do procedimento e do processo tributário. 2ª ed, totalmente reformulada e atualizada. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

ZANCANER, Weida. Da convalidação e da invalidação dos atos administrativos. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

9. APROVAÇÃO

Aprovado em reunião do Colegiado realizada em: /_____/_____

Coordenação do Curso de Graduação em: _____